

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

_____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional à _____, onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

com fundamento no artigo 102, inciso I, alínea 'I', da Constituição Federal, e no artigo 988 do Código de Processo Civil, em face de ato do(a) _____, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DOS FATOS

O(a) Reclamante expõe que o ato praticado pelo(a) _____, consistente em _____, afronta diretamente a competência e a autoridade desta Suprema Corte, bem como viola frontalmente preceitos constitucionais, sobretudo os artigos _____ da Constituição Federal.

O referido ato, ao _____, causa grave lesão à ordem jurídica, à autoridade da decisão desta Corte e aos direitos fundamentais do(a) Reclamante.

II – DO CABIMENTO

A presente Reclamação é cabível para preservar a competência do Supremo Tribunal Federal e garantir a autoridade das suas decisões, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea 'I', da Constituição Federal, pois o ato impugnado contraria decisão deste Tribunal, configurando desrespeito e ameaça à sua autoridade.

III – DO DIREITO

Conforme entendimento consolidado, a Reclamação Constitucional é instrumento adequado para coibir atos que desobedeçam decisões do Supremo Tribunal Federal, garantindo a supremacia da Constituição e a efetividade das suas decisões.

O artigo 988 do Código de Processo Civil dispõe que a Reclamação será processada e julgada conforme o rito previsto, assegurando ampla defesa e contraditório.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e processamento desta Reclamação Constitucional;
2. A concessão de medida liminar para suspender imediatamente o ato impugnado, assegurando a eficácia da decisão desta Suprema Corte;
3. A notificação do(a) reclamado(a) para prestar informações no prazo legal;
4. Ao final, o julgamento procedente da Reclamação, para que seja declarado o ato impugnado nulo e desconstituído, com a reafirmação da autoridade e competência do Supremo Tribunal Federal;
5. A condenação do(a) reclamado(a) ao pagamento das custas e demais cominações legais;
6. A intimação do Ministério Público para que se manifeste nos autos, conforme o artigo 988, § 1º, do CPC.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local e data

Advogado(a)
OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/reclamacao-constitucional/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.